



18314/24.2T8LSB-A [441241134]

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 5

APARTADO 8062, LOJA CTT CABO RUIVO, 1801 - 824 LISBOA

Apenas para uso dos CTT em caso de devolução.

Não envie correlo para este apartado.

Contactos para resposta:

Rua Marquês de Fronteira, P Justiça-Ed. Topo Norte, P 2 e 3
1098-001 Lisboa

Telef: 213846400 Fax: 211545180

Mail: lisboa.comercio@tribunais.org.pt

Notificação

Processo nº 18314/24.2T8LSB-A

Referência deste documento: 441241134

Certificação Cítilus em: 18-12-2024

202661-11885440



R G 7 0 3 3 0 6 2 4 4 P T

Exmo(a) Senhor(a)
Maria Antónia Cruz Figueira Martins
Avenida Bombeiros Voluntários, 7, 7º Ftr
Pontinha
1675-108 PONTINHA

Referência: 441241134

Reclamação Créditos-(CIRE) 18314/24.2T8LSB-A

Insolvente: Eunice Bertília Simões Barreiros Ferreira

Data: 18-12-2024

Credor: Eos Credit Funding

Assunto: Sentença

Fica V. Ex.^a notificado, na qualidade de Credor, relativamente ao processo supra identificado, da sentença de que se junta cópia.

O prazo corre em férias (artº 9º, nº 1 do CIRE).

O Oficial de Justiça,
Maria do Carmo Costa

Notas:

- *Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento*



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 5

Reclamação Créditos-(CIRE)

SENTENÇA

*

I - Eunice Bertília Simões Barreiros Ferreira, NIF 115964789, residente na Rua Lúcio de Azevedo, nº 21, 9º C, 1600-145 Lisboa, por sentença de 24.7.2024, transitada em julgado.

Foi fixado o prazo de 30 dias para reclamação de créditos.

Em 19.9.2024, a Sra. Administradora da Insolvência juntou aos autos lista de credores reconhecidos e não reconhecidos.

*

Não foram apresentadas impugnações à lista de credores reconhecidos.

*

Não foram apreendidos bens para a massa insolvente.

*

II - O Tribunal é competente em razão da nacionalidade, da matéria e da hierarquia.

Não existem nulidades que invalidem todo o processado.

As partes têm personalidade e capacidade judiciárias e são legítimas.

Não há outras exceções ou questões prévias que cumpra conhecer e que impeçam o conhecimento do mérito.

*

Pese embora a ausência de bens apreendidos ou inventariados, tendo sido pedida a de exoneração do passivo restante e com vista a possibilitar ao Fiduciário efectuar a afectação dos montantes recebidos durante o período da cessão aos credores reclamantes (art.241º n.º1 al. d) do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas), há que elaborar decisão de verificação e graduação de créditos.

*

III - Nos termos do disposto no art. 130º n.º3 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas «Se não houver impugnações, é de imediato proferida sentença de verificação e graduação dos créditos, em que, salvo o caso de erro manifesto, se homologa a lista de credores reconhecidos elaborada pelo Administrador da Insolvência e se graduam os créditos em atenção ao que consta dessa lista.»

No caso concreto, uma vez que os créditos reconhecidos não foram impugnados, há que homologar a lista de credores reconhecidos apresentada pela Administradora da Insolvência em

569704 101 2 20201



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 5

Reclamação Créditos-(CIRE)

19.9.2024, que aqui se dá por integralmente reproduzida, e declarar verificados os créditos dela constante, o que se decide.

*

IV – Verificados os créditos, há agora que proceder à sua graduação, tendo em atenção o que consta da lista homologada e as disposições legais aplicáveis.

A graduação dos créditos no processo de insolvência destina-se a determinar a preferência com que cada crédito será satisfeito relativamente ao produto da liquidação dos bens da massa insolvente, de acordo com as regras previstas nos artigos 47º e ss. do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

Nos termos do artigo 46º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas a massa insolvente destina-se à satisfação dos credores da insolvência, depois de pagas as suas próprias dívidas, e, salvo disposição em contrário, abrange todo o património do devedor à data da declaração de insolvência, bem como os bens e direitos que ele adquira na pendência do processo.

No caso presente, não existem quaisquer bens apreendidos.

Contudo, considerando que foi pedida a exoneração do passivo restante, cuja admissão implicará a obrigação de cessão do rendimento disponível que a insolvente venha eventualmente a auferir, importa ter em consideração que os montantes recebidos pelo fiduciário devem ser afectos de acordo com a ordem a que se refere o artigo 241º, n.º 1, al. d) do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

A regra geral é de que todos os credores estão em situação de igualdade perante o património do devedor.

Existem, porém, causas de preferência no pagamento, legalmente consagradas e que podem incidir sobre alguns bens ou todos os bens do insolvente, as quais constituem excepções ao princípio da igualdade dos credores perante o património do devedor.

O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas veio consagrar a repartição dos credores por classes – art. 47º do citado diploma e, em especial, o nº4 – sendo **garantidos** os créditos que beneficiem de garantias reais, incluindo os privilégios especiais, **privilegiados** os créditos que beneficiem de privilégios creditórios gerais, **subordinados** os créditos enumerados no art. 48º, excepto quando beneficiem de privilégios ou garantias que se não extingam por efeito



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 5

Reclamação Créditos-(CIRE)

da declaração de insolvência (cfr. art. 97º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas) e **comuns** os demais créditos.

No caso concreto, e de acordo com a lista homologada temos apenas créditos comuns.

Os créditos comuns, ou seja, aqueles que não gozam de garantia real prevalente, de privilégios creditórios, nem são créditos subordinados, são os créditos que não se enquadram em nenhuma das classificações discriminadas, sendo pagos na proporção respectiva, se a massa insolvente foi insuficiente para a sua satisfação integral (artigos 47º n.º4, alínea c), e 176º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas)

Quanto aos pagamentos, referem os arts. 174º a 177º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas em que termos são feitos.

Assim, no caso concreto, todos os créditos comuns verificados são graduados em primeiro lugar, a par.

*

V - Pelo exposto, graduo todos os créditos verificados sobre a insolvente em primeiro lugar, a par, para serem pagos rateadamente, se o valor disponível for insuficiente para os satisfazer integralmente.

*

Nos termos do disposto no art. 303º, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a actividade processual relativa à verificação e graduação de créditos, quando as custas devam ficar a cargo da massa, não é objecto de tributação autónoma.

Assim, não há lugar a custas.

*

Registe e notifique.

*

Lisboa, data e assinatura supra certificadas